

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO – 2024

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Organização da Sociedade Civil: EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA – ESQUADRÃO DA VIDA

CNPJ 44.458.040/0005-80

Endereço Completo: Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla nº 13-50 – Vila Universitária – Bauru/SP – CEP 17012-191

E-mail: esquadraobauru@gmail.com

Telefone: (14) 3227-8666

Rede de Proteção Social: Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço: Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias

Exercício: 2024

Nome do Responsável pela OSC: Marco Antônio Mady Coelho – Presidente

Eugênia Maria Sellmann Chaves – Coordenadora

1. CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O Plano de Trabalho elaborado pela Equipe Cristo Verdade Que Liberta – Esquadrão da Vida apresenta o planejamento das ações que serão desenvolvidas no decorrer de 2024, objetivando acolher de forma qualificada e personalizada a pessoa ou grupo familiar em situação de rua, promovendo a construção conjunta do processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à vontade e nível de autonomia de cada acolhido, garantindo a oferta de atendimento integral, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014).

A missão do Esquadrão da Vida é oferecer atendimento integral que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência para indivíduos ou grupo familiar em situação de rua e promover a construção conjunta do processo de saída das ruas, por meio de ações desenvolvidas em parceria com o poder público.

A Equipe Cristo Verdade Que Liberta – Esquadrão da Vida é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos fundada em 02 de agosto de 1972, que atende adolescentes, jovens e adultos, de ambos os sexos com a finalidade de:

- I. Oferecer o Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem;
- II. Oferecer o Serviço de Atenção a Dependentes de Substâncias Psicoativas em regime residencial;
- III. Oferecer Serviços de Proteção Social;
- IV. Promover a Reinserção familiar e social do dependente de substâncias psicoativas;
- V. Oferecer suporte e acolhimento a dependentes de substâncias psicoativas através Grupo de Apoio;
- VI Oferecer suporte e acolhimento a familiares de dependentes de substâncias psicoativas através Grupo de Apoio;
- VII. Promover a qualificação profissional;
- VIII. Promover a inserção e reinserção no mercado de trabalho;
- IX. Atuar no enfrentamento da pobreza e na assistência à família;

- X. Promover cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento;
- XI. Defender e praticar ativamente medidas em prol da preservação ambiental;
- XII. Participar de pesquisa;
- XIII. Subsidiar e implementar ações de prevenção do uso de drogas;
- XIV. Atuar em situações de emergências tais como: desastres naturais e outros, situações de calamidade pública e pandemias;
- XV. Promover engajamento e apoio a leis nacionais e convenções internacionais relativas aos direitos humanos para assegurar que os mesmos sejam alcançados.

Parágrafo Único – Os serviços podem ser desenvolvidos gradualmente, de acordo com as possibilidades da organização, sendo que cada serviço poderá ser realizado de forma independente.

Desde 2012, a organização vem prestando esse serviço, e desde 2015 tem como meta o atendimento a 30 acolhidos/dia. Para 2024, a meta de atendimento é de 30 acolhidos/dia. Em fevereiro de 2020 o serviço instalou-se no atual endereço, por possuir estrutura física mais apropriada e com acessibilidade para atender os acolhidos de forma segura e com total privacidade. As instalações físicas são adequadas, de modo a favorecer a privacidade de pessoas do mesmo sexo, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, com local adequado para guarda de pertences, alimentação, banho, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas.

Os recursos humanos suficientes para atender a demanda e necessário para o bom funcionamento do serviço, é formado por coordenadora, assistente social, psicóloga, terapeuta ocupacional, cuidadores, auxiliar administrativa, cozinheira e motorista.

A despeito das dificuldades temos conseguido mobilizar recursos capazes de criar condições materiais, financeiras e de trabalho suficientes para a viabilidade do projeto político-institucional da organização. As parcerias com os órgãos públicos, Fundação Cerqueira Leite; Mesa Brasil/SESC; Supermercado Confiança; doadores jurídicos e físicos têm garantido o desenvolvimento do serviço e a manutenção da organização.

2. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Dentre tantas expressões da questão social surgidas no Brasil ao longo dos anos, uma merece especial atenção pela sua magnitude: o número crescente de pessoas que são excluídas das estruturas convencionais da sociedade. A população em situação de rua é um fenômeno complexo que, embora não tenha sua origem na contemporaneidade, é intimamente agravado por algumas das principais características que conformam o mundo atual, tais como as constantes transformações políticas e econômicas, a globalização, a precarização das relações de trabalho, o desemprego, a individualização exacerbada entre outras.

A população em situação de rua vivencia a violência estrutural através da manutenção das desigualdades sociais, raciais e de gênero – em uma sociedade estruturada pela exploração de uma classe pela outra – responsável pela produção e reprodução da pobreza, relegando esta população a um lugar marcado pela subalternidade, pela precariedade nas condições de vida e de sobrevivência e pelo abandono. Além disso, está relacionada com a falta de acesso aos direitos sociais, bem como a mercantilização das relações sociais e humanas.

A população em situação de rua expõe as contradições básicas do modo capitalista de produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual, sendo as pessoas em situação de rua testemunhas vivas de que a exploração e a desigualdade estão no cerne deste modo de produção.

A população em situação de rua é um fenômeno urbano multifacetário, heterogêneo, resultante das condições sociais, culturais, educacionais e de saúde, e produzido pelo modelo político e econômico vigente, constituído por pessoas com diferentes realidades, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e a não referência de habitação convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente.

A pobreza não é exclusivamente um fenômeno de natureza econômica. Ela tem dimensões culturais, de sociabilidade, ligadas ao lazer, à saúde, à funcionalidade familiar, mas não se pode afastar de cena a elementariedade econômica, a despeito de sabermos que o crescimento econômico não significa imediatamente a redução de pobreza.

A Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) entre 2007 e 2008 com 71 municípios com mais de 300.000 habitantes ofereceu informações para melhor compreensão a respeito das características do grupo pesquisado. A pesquisa identificou 31.922 pessoas vivendo nas ruas, revelou que a população em situação de rua era predominantemente masculina (82%); mais da metade possuía entre 25 e 44 anos (53%); 67% eram negros; que os níveis de renda eram baixos, sendo que a maioria (52,6%) recebia entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais e que 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Dessas atividades, destacam-se: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Apenas 15,7% das pessoas pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. Quanto a escolaridade 74% sabiam ler e escrever enquanto 17,1% não sabiam escrever e 8,3% apenas assinavam o próprio nome; 24,8% não possuíam quaisquer documentos de identificação; a maioria (61,6%) não exercia o direito de cidadania elementar que é o voto, além dos altos índices de discriminações sofridas ao serem impedidos de entrar em locais como transporte coletivo, rede de saúde, outros órgãos públicos etc. Os principais motivos pelas quais as pessoas pesquisadas estavam em situação de rua eram: uso de drogas (35,5%); desemprego (29,8%); problemas com familiares (29,1%); perda da moradia (20,4%); separação/decepção amorosa (16,1%).

Sob a sociedade globalizada e moderna recai o peso de não efetivar o almejado estado de bem-estar social, com os agravantes da fome, violência, intolerância e da convivência com a perda de dignidade, invisibilidade, coisificação de pessoas, fortalecendo a cultura do descarte social, que persiste com diferentes roupagens, desintegra e potencializa paradoxalmente a confiança, a cooperação e a esperança. Assim, para as pessoas em situação de rua entre as consequências inevitáveis, estão a perda do sentido existencial, da família com vínculos fragilizados ou interrompidos; da escolaridade; do emprego; da moradia convencional; da

privacidade; de referências e da própria identidade; da autoestima e dignidade, as dificuldades de concretização dos sonhos, a reificação da esperança e dos desejos.

A população de rua superou as 281 mil pessoas no Brasil em 2022, isso representa um aumento de 38% desde 2019, após a pandemia de Covid-19. Em dez anos, esse segmento vulnerável cresceu 211%, essa é a conclusão de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) elevando os índices de pobreza e consequentemente os níveis de vulnerabilidade de uma parcela da população, que por dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal e mesmo informal, em função do mercado não conseguir absorver-la, por não possuírem as habilidades requeridas torna-os “desnecessários economicamente”.

Bauru é uma cidade de médio porte, com população estimada de 394.254 pessoas, em 2023, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e segundo o levantamento da empresa de consultoria Macroplan (fonte: www.desafiosdosmunicipios.com › ranking_geral) está na 47ª posição entre os 100 maiores municípios do Brasil no ranking do Índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM), 68ª em Saúde; 29ª em Educação; 26ª em Segurança; 59ª em Saneamento e Sustentabilidade e 12º lugar no ranking entre os municípios com mais idosos e doentes crônicos do Brasil e 14º lugar de melhores lugares do Brasil para os idosos viverem e se aposentarem com qualidade de vida, conforme Instituto de Longevidade Mongeral Aegon e Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), em 2021.

Quanto a empregabilidade, Bauru ocupa a 33ª posição entre as cidades que mais geram empregos no Estado de São Paulo, fechou o primeiro semestre de 2023 com 4.734 novas vagas de trabalho geradas, dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados do município neste período refletem o panorama do trabalho no Brasil como também o aumento de pessoas em situação de rua e a situação preocupa as autoridades locais.

Com base na discussão apresentada, evidenciou-se que os processos vivenciados pela população em situação de rua em uma sociedade desigual e excludente, os levam a situações de vulnerabilidade e destituição da dignidade humana, agravando os processos de exclusão social vividos por esse segmento.

Para o enfrentamento dessa expressão da questão social, o município de Bauru conta com a Rede de Atendimento Socioassistencial voltada à população em situação de rua, sendo a Casa de Passagem um dos serviços a integrar a rede, e a despeito do desmonte e da precarização das políticas sociais, materializadas pela Constituição Federal de 1988, como dever do Estado e direito do cidadão, e também a falta de reajuste suficiente para repasse que afetam e limitam o atendimento as pessoas em situação de rua, a diretoria da organização social civil observa a demanda existente no município para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem e se propõe a trabalhar garantindo os direitos preconizados em lei.

3. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Identificação

Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias.

3.2 Usuário

Pessoas adultas do mesmo sexo ou famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou ainda pessoas em trânsito. A principal diferença do público atendido nesta unidade é a transitoriedade. Geralmente são adultos/famílias em trânsito, sem intenção de permanência por longos períodos.

3.3 Objetivos

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;

- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacional interno e externo, relacionando a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

3.4 Meta de Atendimento

A meta de atendimento é de 30 acolhidos/dia

3.5 Período de funcionamento

O Serviço funciona de forma ininterrupta (24 horas), mantendo horários flexíveis de entrada e saída dos acolhidos na perspectiva de atender às demandas, necessidades específicas e expectativas apresentadas por cada acolhido.

3.6 Formas de Acesso

O usuário acessa o serviço através de encaminhamento emitido por:

- Agentes institucionais do Serviço Especializado em Abordagem Social e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
 - Centro Pop;
- CREAS / PAEFI, ou demais serviços socioassistenciais, de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos;
- Centro de Referência da Mulher vítima de Violência (casos excepcionais);
- Demanda espontânea, sendo referenciada aos serviços do Centro Pop.

3.7 Operacionalização

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº. 7.053, de 23 de dezembro de 2009, define População em Situação de Rua como o grupo populacional heterogêneo que possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas com espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporária ou como moradia provisória.

A especificidade do Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias está na oferta de atendimento integral de acolhimento imediato e emergencial, que garanta condições de estadia, convívio, endereço de referência, para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar em situação de rua e desabrigo por abandono, ausência de residência, pessoas em trânsito e sem condições de autossustento. O atendimento em unidade institucional de passagem oferta profissionais preparados para receber os usuários em qualquer horário do dia ou da noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários.

A Casa de Passagem se caracteriza pela transitoriedade no atendimento, sendo a permanência do usuário por um período de 03 (três) meses. Este período não é fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. Esse processo é construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito à sua vontade e nível de autonomia.

O serviço visa o atendimento a grupos familiares, a jovens e adultos com vínculos familiares rompidos, ou até mesmo sem referência familiar, garantindo proteção integral aos sujeitos atendidos, com atendimento personalizado e em pequenos grupos pautado no respeito à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça /etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O Serviço, na garantia do direito, realiza plano de atendimento de forma qualificada e personalizada em conjunto com a pessoa em situação de rua buscando promover um processo de saída das ruas, pautado em sua vontade e nível de autonomia. Para tanto, estabelece a estreita articulação, principalmente, com as unidades de referência dos CREAS, Centro POP e Serviço Especializado em Abordagem Social para maior efetividade no trabalho realizado em rede.

O Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem apoia suas ações no Plano de Trabalho da Unidade, como forma de organizar o cotidiano dos atendimentos na unidade, bem como planejamento das rotinas de organização do cotidiano envolvendo os acolhidos nas atividades diárias.

A estrutura da Casa de Passagem é acolhedora, de acordo com as normas da ABNT, para moradia temporária, com condições de repouso e convívio, ofertando local adequado para guarda de pertences, alimentação, lavagem e secagem de roupas, banho, higiene pessoal e vestuário, quando necessário. A organização se dá de forma participativa a fim de garantir que o usuário possa sentir-se corresponsável por tarefas do cotidiano. Neste sentido as equipes através de diálogos ou reuniões estabelecem escalas semanais de organização, limpeza e manutenção dos espaços, mas os usuários não são responsáveis pela limpeza, apenas contribuem para tal.

O serviço conta com equipe especializada para atender e receber usuários a qualquer horário do dia ou da noite.

A acolhida e escuta é realizada pela equipe técnica (assistente social e psicóloga), com vistas a conhecer a história da pessoa e ou família atendida e elaborar o Plano de Atendimento Individual e / Familiar, bem como a busca ativa de família biológica e extensa. As ações estabelecidas no Plano são articuladas com a rede de serviços e órgãos que estejam acompanhando o usuário ou o grupo familiar, a fim de se alcançarem, em menor tempo, resultados de caráter mais definitivo. O referido Plano tem como objetivo orientar o trabalho de intervenção durante o período de acolhimento, visando à superação das situações apresentadas.

A articulação permanente com o Centro Pop é garantida para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo, com vistas ao desenvolvimento de ações proativas que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores de direitos que possam ter levado ao acolhimento, assim prevenindo as reincidências.

A Casa de Passagem mantém horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a demanda e necessidade dos mesmos, mediante avaliação da equipe técnica do Serviço.

Na excepcionalidade de acolhimento às mulheres acompanhadas por crianças e adolescentes que ao manifestarem o desejo de deixar o serviço e voltar para a situação de rua e ou desproteção, o serviço comunicará imediatamente o Conselho Tutelar bem como os CREAS, Centro Pop e o Centro de Referência da Mulher Vítima de Violência/CRM.

O presente Plano de Trabalho está fundamentado no Padrão Normativo da Rede de Proteção Especial de Alta Complexidade, que se fundamentou na Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que estabelece e regulamenta os princípios e ações adotados pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social (SEBES) em relação à execução dos serviços no âmbito do município, executados através de parcerias, conforme as normativas que regulam a Política de Assistência Social.

3.8 Trabalho Social Essencial ao Serviço

- Plano de Trabalho da Unidade;
- Plano de atendimento individual e ou familiar;
- Acolhida/Recepção;
- Escuta;
- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- Estudo social;
- Cuidados pessoais;
- Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- Orientações sócio familiar;
- Protocolos;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Referência e contrarreferência;
- Elaboração de relatórios;
- Elaboração de prontuários;
- Trabalho interdisciplinar;
- Diagnóstico socioeconômico;
- Informação, comunicação e defesa de direitos;
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social;

- Mobilização para o exercício da cidadania;
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais;
- Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos;
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Monitoramento e avaliação do serviço;
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização/entidade e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

3.9. Seguranças afiançadas pelo SUAS

As seguranças visam ao fortalecimento de vínculos, à autoestima, à autonomia, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das pessoas em situação de rua e famílias.

✓ Segurança de Acolhida

- Acolhimento em condições de dignidade;
- Escuta profissional qualificada;
- Identidade, integridade e história de vida preservada;
- Acesso a espaços com padrões de qualidade quanto à higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
- Acesso à alimentação adequada;
- Acesso à ambiência acolhedora e espaços reservados para a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais;

- Informação;
 - Referência;
 - Aquisições materiais e sociais potencializando o protagonismo e a autonomia;
 - Identificação de situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social para evitar seus agravamentos.
-
- ✓ Segurança de Convívio Familiar ou Vivência Familiar, Comunitária e Social.
 - Acesso a benefícios, programas, outros serviços socioassistenciais e demais serviços públicos;
 - Ter assegurado o convívio familiar e comunitário.
-
- ✓ Segurança de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social
 - Vivências pautadas pelo respeito a si próprio e os outros, fundamentados em princípios éticos de justiça e cidadania;
 - Acesso a atividades, segundo suas necessidades, interesses e possibilidades;
 - Acompanhamento que favoreça o desenvolvimento de habilidades de autogestão, auto sustentação e independência;
 - Respeito aos direitos de opinião e decisão;
 - Acesso à documentação civil;
 - Informação e orientação sobre os serviços, direitos e como acessá-los;
 - Ser ouvido e expressar necessidades, interesses e possibilidades;
 - Desenvolvimento das capacidades para autocuidados, construção de projetos de vida e alcance da autonomia;
 - Avaliar o serviço.

3.10 Descrição das atividades

- Acolhida/Recepção/Escuta
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados
- Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos
- Articulação da rede de serviços socioassistenciais
- Articulação de parceria e captação de recursos
- Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos
- Atendimentos e acompanhamentos individuais e coletivos junto aos acolhidos e familiares
- Atividades de alcance da autonomia
- Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana
- Atividades em Datas Comemorativas
- Atividades Esportivas
- Atividades Externas, quando possível
- Atividades Lúdicas/Recreação
- Capacitação e Reciclagem
- Construção de projetos de vida
- Desenvolvimento das capacidades para autocuidados

- Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social
- Diagnóstico Socioeconômico
- Elaboração de prontuários
- Elaboração de relatórios
- Encaminhamento para obtenção de documentação pessoal
- Encaminhamentos e acompanhamentos aos serviços
- Estímulo ao convívio familiar, grupal e social
- Estudo de Casos
- Estudo Social
- Grupos de Planejamento e Avaliação junto a acolhidos e familiares
- Informação, comunicação e defesa de direitos
- Mobilização junto as famílias dos acolhidos
- Mobilização para o exercício da cidadania
- Monitoramento e avaliação do serviço
- Monitoramento SEBES
- Oferta de alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar)
- Oferta de banho/troca de roupa e pernoite
- Oficina Cultural

- Oficinas Grupais
- Organização das informações de cada acolhido atendido, na forma de prontuário individual
- Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização e sobre o Sistema de Garantia de Direitos
- Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços
- Orientações sócio familiares
- Participação em Fóruns, Congressos, Conferências, Campanhas
- Preparação e acompanhamento dos acolhidos e famílias, com vistas à reinserção familiar
- Protocolos
- Referência e contra referência
- Reunião Equipe Geral
- Reunião Equipe Técnica
- Seminários Temáticos
- Trabalho interdisciplinar
- Visitas Domiciliares
- Visitas no Serviço

3.11 Impacto Social esperado

O Serviço contribui para:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;
- Redução da presença de pessoas em situação de rua e de abandono;
- Indivíduos e famílias protegidas;
- Construção da autonomia;
- Indivíduos e famílias com acesso a oportunidades e incluídas em serviços;
- Rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar.

IMPACTOS	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Fortalecimento de vínculos familiares e comunitário	➤ Número de visitas domiciliares nas famílias de origem. ➤ Grau de aproximação dos usuários com as famílias de origem. ➤ Índice de retorno ao convívio familiar. ➤ Índice de pessoas acolhidas pelo serviço que tiveram asseguradas as suas demandas	✓ Plano de acompanhamento individual e/ou familiar;
Construção de autonomia		
Redução da presença de pessoas em situação de rua e abandono		✓ Relatórios estatísticos, de atendimentos e de atividades;
continua		

continuação		
IMPACTOS	INDICADORES	INSTRUMENTOS
Inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda	➤ Índice de usuários encaminhados à rede socioassistencial e demais políticas públicas.	✓ Visitas domiciliares;
Redução da violação de direitos, agravamentos e reincidência	➤ Número de usuários participantes do Programa de Inclusão Produtiva /oficinas e grupos coletivos no centro POP / Acessuas, dentre outros.	✓ Observação;
Indivíduos e famílias protegidos	➤ Índice de usuários que conseguem sua auto sustentação.	✓ Depoimentos;
Redução e Prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização	➤ Índice de pessoas que conseguiram a reorganização pessoal e social.	✓ Estudos de caso;
	➤ Índice de usuários que conheçam as instâncias de denúncia e recurso nas situações de violação de direitos.	✓ Ficha de avaliação.

3.12 Indicadores de Metas

INDICADORES	INSTRUMENTAIS
– Grau de satisfação do usuário nas atividades propostas. – Grau de satisfação dos usuários quanto ao atendimento. – Índice de frequência dos usuários e famílias. – Índice de permanência do usuário no serviço. – Número de pessoas que acessaram o serviço.	– Depoimentos – Dialogo – Documentações – Encaminhamentos – Observação – Lista Nominal dos acolhidos do Serviço – Pesquisa de satisfação – Protocolo de Contra Referência – Relatório de Atividades – Reuniões – Visita domiciliar e in loco

3.13 Articulação em Rede

Certamente não fazemos o trabalho sozinhos, mas um trabalho a muitas mãos. No processo de garantia de direitos precisamos de rede, ou seja, torna-se indispensável a articulação entre o conjunto de políticas públicas, serviços, programas, projetos, benefícios que são acionados nesse processo.

A articulação potencializa a rede de proteção social, viabilizando o acesso efetivo da população aos equipamentos e serviços da assistência social e de outras políticas públicas.

No Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias, nosso trabalho inicia com o acolhimento e escuta e o diagnóstico social é realizado. No decorrer do trabalho, constituído de acompanhamento cotidiano, as demandas vão surgindo e com isso acionamos a rede. É necessário contato com o Caritas para acesso dos acolhidos à documentação; o contato com as escolas/CEEJA/CEJA a fim de garantirmos que o processo de escolarização possa ser retomado; contato com a rede de saúde para a restauração e acompanhamento da saúde dos acolhidos; através do Projeto Gente que Faz contato com a Secretaria Municipal da Agricultura/Projeto Cemeia para garantir a inclusão das pessoas idosas, pessoas com deficiência e com doença mental na sociedade e se sentirem úteis e produtivos e contato com a Vila Vicentina para treinamento de habilidades; contato com o SENAR para participação em cursos e palestras; contato com as secretarias de assistência social para cadastramento de benefícios; o contato o Ministério Público e a Defensoria para garantia de direitos; o contato com as universidades para parcerias; contato com o Centro POP, CREAS, Serviço de Abordagem Social para viabilizar o planejamento de todas as ações e o acompanhamento contínuo do serviço; contato com outros serviços, programas e projetos para encaminhamentos entre outros.

Estamos nos referindo a uma gama de políticas públicas que precisamos acionar no nosso dia a dia, visando um trabalho articulado e realizado por diversos atores sociais. Para isso, é necessária uma verdadeira atuação interdisciplinar e que os atendimentos sejam realizados de forma humanizada e de maneira ética e comprometida com os usuários.

3.14 Avaliação

O Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem configura-se como uma das medidas de proteção estabelecida pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Assim sendo, para alcançar os objetivos propostos nosso desafio está no direcionamento dos esforços se concentrarem na diminuição do tempo de estada dos usuários em acolhimento institucional e na construção da cidadania que nos remete ao cuidado, à construção de projetos de vida, ao empoderamento e também implica na estimulação no estabelecimento de redes de sustentabilidade relacional e de suporte social que se estabelecem a partir das possibilidades de acesso, das trocas e das formas de negociação. A conquista da autonomia e da participação depende, também, de um ambiente suficientemente bom, essencial para o desenvolvimento pleno dos usuários; um ambiente que ofereça escuta e acolhimento, respeite e promova a singularidade, facilite o diálogo e a mediação dos conflitos e se revele como um espaço potencial para o desenvolvimento do usuário.

A avaliação do serviço será feita mensalmente e sempre que necessário, juntamente com a equipe e com os usuários, a fim de verificar se os objetivos estão sendo atingidos e contar com sugestões para melhorar o trabalho desenvolvido. As reuniões em equipe permitirão detectar os pontos de excelência e os pontos a melhorar no trabalho desenvolvido pela organização.

Os indicadores que subsidiarão a avaliação compreendem:

- Índice de pessoas acolhidas pelo serviço que tiveram asseguradas as suas demandas
- Índice de pessoas que conseguiram a reorganização pessoal e social
- Índice de pessoas com melhoria das condições de higiene pessoal e saúde
- Índice de pessoas que receberam acolhida e escuta

- Índice de pessoas que receberam refeição e pernoite
- Índice de pessoas que frequentam as atividades oferecidas
- Índice de pessoas com adesão aos serviços de tratamento da rede
- Índice de pessoas com resgate e ou fortalecimento dos vínculos familiares
- Índice de pessoas com reconduzidas ao convívio familiar
- Índice de pessoas encaminhados à rede socioassistencial e demais políticas públicas
- Índice de pessoas que conhecem as instâncias de denúncia e recurso nas situações de violação de direitos
- Índice de pessoas que conseguiram a autossustentação
- Índice de pessoas encaminhadas para outros serviços atendendo as demandas
- Número de pessoas participantes do Programa de Inclusão Produtiva/Oficinas e Grupos Coletivos na rede
- Número de visitas domiciliares as famílias
- Número de familiares que visitam o serviço
- Índice de pessoas com desenvolvimento da autonomia

4. CRONOGRAMA / PRAZO DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Acolhida/Recepção	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação com serviço das demais políticas públicas setoriais e defesas de direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação da rede de serviços socioassistenciais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Articulação de parceria e captação de recursos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atendimento prioritário e emergencial à pessoa idosa em situação de rua	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades de convívio e de organização da vida cotidiana	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades em datas comemorativas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Esportivas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Externas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Atividades Lúdicas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Capacitação e reciclagem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Construção de Projeto de Vida	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Cuidados Pessoais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Diagnóstico socioeconômico	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
continua												

EQUIPE CRISTO VERDADE QUE LIBERTA

ESQUADRÃO DA VIDA

continuação												
ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Elaboração de prontuários	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Elaboração de relatórios	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Encaminhamentos para obtenção de documentação pessoal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Encaminhamentos e acompanhamentos aos serviços	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Escuta	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Estímulo ao convívio familiar, grupal e social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Estudo social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Grupos de Planejamento e Avaliação junto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Informação, comunicação e defesa de direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Mobilização para o exercício da cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Monitoramento e avaliação do serviço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Oferta de alimentação (café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Oferta de banho/troca de roupa e pernoite	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre a organização e sobre o Sistema de Garantia de Direitos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Orientações e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
continua												

continuação												
ATIVIDADES	PRAZO DAS ATIVIDADES/MÊS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
– Orientações sócio familiares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Participação em Fóruns, Congressos, Conferências, Campanhas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Plano de atendimento individual e ou familiar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Plano de Trabalho da Unidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Protocolos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Referência e contra referência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Reunião Equipe Geral	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Reunião Equipe Técnica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Trabalho interdisciplinar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Visitas Domiciliares	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
– Visitas no Serviço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Bauru, 09 de fevereiro de 2024.


Marco Antonio Mady Coelho
Presidente


Eugênia Maria Sellmann Chaves
Técnica Responsável